

In: Iasi, Mauro Luis e Coutinho, Eduardo Granja (Orgs.) - Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro, Editorial Mórula, 2014. ISBN 1417533. Pg. 09-16

Ditadura e democracia – velhos e novos desafios

Virgínia Fontes

Este ano marca o cinquentenário de mais uma tragédia social e política brasileira, ainda não superada. Há 50 anos se abatia sobre nós uma feroz e sangrenta ditadura empresarial-militar, da qual muitos efeitos e personagens perduram, apesar das muitas lutas sociais e da instauração de um novo regime político, representativo e eleitoral mais do que plenamente democrático. O livro que o leitor lerá em breve traz inúmeros aspectos dessa ditadura que penosamente ainda ecoam em nossas vidas.

O Brasil é um país peculiar, cuja dramática especificidade é a de unir as pontas do arcaico com o moderno, sempre pelo alto. As imposições “modernas” ou “pós-modernas”, apregoadas como virtudes urgentes, são disseminadas como necessidade incontornável. Sempre porém com a condição que as formas arcaicas precedentes sejam conservadas. Esse é o país da escassez de rupturas e do exagero da reação e do conservadorismo, expressos em contra-reformas, revoluções passivas e que-tais. Com isso, perduram velhas discriminações, as quais se acrescentam novas, recém-importadas ou inventadas por aqui mesmo; os mesmos nomes e famílias se perpetuam no mando, os nomes das ruas remetem aos barões, aos viscondes e aos novos ricos, desconsiderando as desigualdades que provocaram e que agora atravessam, congelados como artérias de cidades devoradoras.

Essa marca forte da formação histórica brasileira se renova incessantemente, fazendo sangrar a velha cicatriz que jamais cura. O racismo foi costurado a partir da riqueza produzida pelos africanos e índios escravizados. A independência foi alinhavada pelo herdeiro da família real portuguesa e avalizaria a escravidão. O salto para fora da emperrada metrópole lusitana levaria à nova subordinação nos braços do império britânico, com pequenas traições para adotar o verniz francês. As marcas dos

latifúndios e dos caçadores de escravos perduram como símbolos em múltiplas bandeiras a sacolejar em tristes mastros até hoje. O fim da escravidão foi cuidadosa e longamente preparado pelos grandes senhores escravistas, que jogaram fora os anéis do imperador, mas conservaram dedos ávidos. Implantou-se uma república, grosseira e cruel, porém ágil na garantia dos grandes proprietários. Em 1930, uma revolução que não houve, quase imediatamente seguida de duríssima ditadura. Grandes lutas populares do século XIX e XX, contidas sob a ditadura varguista, resultaram em leis trabalhistas que “esqueceram” a grande maioria dos trabalhadores rurais. Enfim, tivemos uma democracia tampão que, no momento mesmo em que as reivindicações populares impulsionavam-na a tornar-se efetiva, foi afogada sob os tacões conjuntos dos militares e de grandes empresários... Nesse ambiente, o que pensar da democracia recente e de seus elos com a ditadura empresarial-militar de 1964? Como assinala Celso Frederico, mesmo as acirradas lutas dos anos 1970 e 1980 conduziram a uma nova conformação do trabalho ao capital.

Quando vemos a figura quase mumificada de um José Sarney, o homem que atravessou a ditadura, inaugurou a transição e seguiu agarrado ao poder, com seus cabelos tingidos a fundo, a triste imagem suscita mais do que ecos do passado, parece um tempo incapaz de transcorrer. Seríamos pois resultado de um dramático atavismo, portadores de marca genética indelével, destinados a repetir sempre o Mesmo? Mudanças reais parecem apenas fantasias, novos enfeites e adereços perpetuando a mesma tragédia. Nunca a inauguração do novo, nunca a invenção real: a mera repetição do velho, recoberto de nova maquiagem.

Essa sensação não é arbitrária. Remete a algo verdadeiro e indica características históricas fundamentais da sociedade brasileira. As linhas de continuidade da história brasileira são violentas e este termo não é casual. O que se mantém de um período a outro são as modalidades brutais da dominação de classes no país, com suas fundas raízes coloniais, escravistas e latifundiárias; perdura e até se aprofundou a extrema concentração de propriedade, de riqueza e de poder, mesmo quando sob outras roupagens e formatos. Rodrigo de Souza Dantas sublinha o fenômeno.

Jamais experimentamos uma verdadeira irrupção revolucionária em escala nacional. A grande maioria das reivindicações, mobilizações e lutas por conquistas no interior da ordem capitalista foram esmagadas sem complacência. Grandes lutas foram realizadas e mesmo quando houve conquistas reais – como no fim da ditadura inaugurada em 1964 e que somente termina em 1989, com a efetiva aplicação da nova Constituição para a realização de eleições diretas – resta um travo amargo de perpetuação da mesma ordem.

No entanto, *essa mirada, apesar de correta, é unilateral*. Celso Frederico o assinala, ao considerar que o ciclo da expansão capitalista no Brasil, do qual a ditadura empresarial-militar é um dos momentos, ainda está em curso. Um autor diversas vezes convocado em capítulos deste livro – Florestan Fernandes – ousou enfrentar esse dilema. Escrevendo nas piores circunstâncias, nos anos de chumbo da ditadura, insistia exatamente na identificação de uma profunda modernização capitalista, que carregava modificações substantivas. Aquele momento não significava apenas um retorno às formas mais cruéis da vida social brasileira, mas sua atualização e, portanto, incorporava as duas dinâmicas: a reprodução e sua expansão *sob novas formas*. Devemos a Florestan lembrar-nos que não se trata apenas de uma mesma história que não passa. É preciso qualificá-la mais detidamente.

Os processos de transformação histórica e social significativos que experimentamos expressaram a lenta transição para outro formato de dominação de classes, o que alterou nos últimos 150 anos, de maneira profunda, as condições de vida e de existência da população. Ocorreram entretanto sob arranjos peculiares entre setores e frações das classes dominantes cujo alvo era especificamente bloquear qualquer possibilidade de radicalização popular. Nossas transformações não se converteram em processos revolucionários, não derrubaram a ordem truculenta dominante, não romperam as bases fundamentais da dominação de classes. As grandes lutas populares foram, de maneira precoce, decepadas e mutiladas em 1937 e em 1964, para apontar apenas as datas mais expressivas. Tais lutas defrontaram-se com uma aliança explícita – política, econômica, militar e ideológica – entre os setores dominantes internos e externos (pois o imperialismo existe e é ativo). Seus

interesses comuns (internos e externos) se traduziam na crescente inversão de capitais e no controle geopolítico continental. No contexto da Guerra Fria, objetivavam impedir preventivamente qualquer possibilidade de crescimento autônomo das expressões e organizações populares. Uma contra-revolução preventiva permanente, com fartos recursos, sustentação interna e externa, que atua bloqueando e limitando conquistas populares.

Não ocorreria portanto aqui uma revolução burguesa, que assumisse simultaneamente a competição capitalista e a sociabilidade (e os valores) propriamente burgueses. Em outro registro, Carlos Nelson Coutinho apontaria a revolução passiva como a característica marcante do processo de expansão capitalista no Brasil.

Apesar dessa marca de continuidade, para Florestan Fernandes ou Carlos Nelson, nem as lutas dos subalternos nem as mudanças históricas foram inócuos ou epidérmicos.

A presença de uma ativa produção cultural enfrentando a ditadura, como lembra Ronaldo Lins, testemunha as inúmeras modalidades de luta. O desafio central é pois capturar os traços fundamentais que produzem esse amálgama peculiar entre velho e novo, entre o mesmo e o outro, assim como o caráter social que dele resulta, com suas contradições multiplicadas.

A suposição de um país “sempre o mesmo”, legítima em seus fundamentos, ao enfatizar unicamente a persistência arrisca-se a secundarizar dois traços fundamentais. O primeiro é desconsiderar o fato de que, com suas marcas estioladas, *houve a implementação de uma ordem burguesa e capitalista no Brasil*. Ela implica em uma expansão continuada e, portanto, promove e deve lidar com contradições de tipo até então desconhecidos. O segundo traço a reter é de que até mesmo a continuidade deve ser... produzida. Ela não é resto, resquício, como lembra Mauro Iasi, mas resulta da ação constante e contínua de refazer-se sob novas condições. Por isso, se trata de “ecos” dessa ditadura.

Um dos nossos desafios é pois apreender o quanto essa realidade, modificada para adequar-se a novas imposições internas e externas, expressa a emergência de

tensões até então inexistentes ou pouco expressivas, que resultam da própria expansão capitalista. A continuidade é *recriação* – e não apenas a repetição mecânica ou atávica – de antigas formas de dominação e de opressões no mesmo processo em que se impõem as novas dominações. Em parte ela encontra raízes em costumes, tradições e memórias porém, por outra parte, ela resulta de novas violências que apelam ao passado procurando justificá-las como “tradição”.

Este livro assinala várias dessas continuidades, e fornece as pistas dessa dinâmica de recriação do velho sob o novo: a concentração proprietária da mídia na mão de algumas famílias, em estreita coligação com as forças dominantes na ditadura (caso da Rede Globo), detalhada por Eduardo Coutinho, renovou e atualizou as velhas formas do controle sobre a mídia, agora sob novo formato. A permanência da legislação anterior ao golpe de Estado, como mostra Muniz Sodré, permitiu a consolidação de um novo formato, associando estreitamente o grande capital estrangeiro com grupos brasileiros, consolidando poucos e concentrados conglomerados econômicos. O processo foi além disso: esses conglomerados estenderam tentáculos para abranger os demais setores econômicos e regiões do país, consorciando interesses diretos (agregando capitais investidores na mídia); indiretos (a publicidade) e posições políticas. Grandes famílias proprietárias fundiárias atualizavam seus investimentos, incorporando entre eles o controle de estações de TV e rádio locais, coligadas a grandes redes nacionais. Uma dupla dinâmica se evidencia: a concentração e centralização de capitais, processo mais ou menos típico da expansão capitalista, além de se realizar com apoio direto da ditadura (Estado), envolvia arranjos (econômicos, políticos e ideológicos) entre setores profundamente diversos das classes dominantes.

Também as universidades sob a ditadura refratavam esses processos complexos de expansão do capitalismo e reatualização da dinâmica elitária, como aponta Roberto Leher. O salto para a mercantilização acelerada e uma intensificação da concorrência no interior das universidades foi apoiado por setores emergentes, capacitados para a concorrência inter-pares, porém retrógrados e anti-democráticos. Ocorria uma ampliação da universidade, lenta e paulatina, mas real. Nela, parcela da

nova geração universitária reconstituía setores ciosos da conversão de seu “capital intelectual” em hierarquia, cargos e recursos monetários.

No entanto, não foram poucas ou ineficazes as lutas contra a ditadura. A continuidade evidente não deve apagar o processo complexo de reprodução ampliada de uma dinâmica capitalista nos trópicos. Precisamos, a partir dos elementos que este livro aporta, apanhar ao mesmo tempo as lutas, sua importância e seus efeitos em novas modalidades de reconstituição, de re-produção, das formas de dominação de classes no Brasil.

Esse me parece ser o cerne da questão democrática na atualidade. Sabemos que a “transição” expressou um empenho sistematizado pelo núcleo no poder ditatorial de organizar uma “descompressão”, uma “diástole”, que assegurasse outros formatos para os diques de contenção objetivando controlar uma sociedade urbanizada, complexa e sobre a qual aquela ditadura não mais surtia os efeitos necessários. Golbery do Couto e Silva foi o exemplo mais claro de um dos elaboradores da descompressão, com enormes meios e recursos à sua disposição. A preparação da transição do regime ditatorial contou com o apoio teórico de um Samuel Huntington, dando lições a generais sobre como manter a ditadura sob novas formas, teve o apoio da subserviência intelectual, disposta a dar lições sobre como incorporar tensões sem afrouxar as rédeas, expresso por intelectuais como Wanderley Guilherme dos Santos ou, em outro registro, por Fernando Henrique Cardoso. Porém, por mais poderosos que fossem os generais, os grandes empresários, seus aliados estrangeiros e os escrevinhadores nacionais, e por mais forte que fosse a coligação entre eles, o processo histórico é mais do que a intenção ou o desejo dos grupos dominantes. O que era um projeto de distensão totalmente controlada iria além de seu formato original, mesmo se formas e personagens ditatoriais seguiriam por dentro do novo regime, como o mostra Maringoni.

Ao longo de todo o século XX, a organização dos trabalhadores constituiu o anátema dos setores dominantes. Há inúmeras pesquisas sobre o tema. O cerco imposto aos sindicatos livres nos anos 1930, magistralmente demonstrado por Luiz Werneck Vianna resultou numa legislação que os atava ao Estado e que perdura. No

pré-1964, os históricos reclamos dos riscos de uma “república sindicalista” - sabe-se lá o que isso viria a ser – encorporam o argumento para o golpe de 1964. Assim, um traço forte da dominação de classes no Brasil foi a enorme distância entre o aparato organizativo empresarial com alto grau de autonomia, mimado e estimulado, e a repressão às entidades próprias aos trabalhadores. Entre 1946 e 1964, as relações diretas entre as classes pareciam correr sobretudo no nível da repressão (legal ou para-militar), da discriminação permanente, através da corrupção aberta (os “pelegos”) e de uma precária filantropia.

Há pois uma modificação importante a reter no pós-ditadura. Não seria apenas contra a organização dos trabalhadores que se imporia a democracia que explicitaria a ditadura do mercado. Trata-se de um processo histórico até então ausente no Brasil: *o da construção de uma hegemonia burguesa*. A dominação de classes não se atualizou por mais uma ditadura, mas pela neutralização e/ou adesão de oponentes históricos, num impressionante espetáculo de transformismo. Quaisquer que sejam os atributos com que a atavemos (por exemplo, hegemonia às *avessas*, como querem alguns), o desenho e a forma do jogo político se alteraram profundamente.

Uma *nova forma de subordinação* vem à luz, resultante do embate entre a continuidade da dominação monopolista reelaborada pela ditadura, as significativas lutas reais e o aprofundamento da dinâmica sócio-econômica capitalista. Doravante, parece se consolidar uma permanente atuação das entidades burguesas em prol da *conversão* de parcelas do mundo do trabalho ao mundo do capital. Em outros termos, além da violência reatualizada e perpetuada, ocorre uma sistemática e profissional elaboração prática e ideológica que apregoa uma mútua necessidade (abrindo a porta, portanto, para uma nova *intimidade*) entre patronato e setores da classe trabalhadora. Essa atuação se recobre de múltiplas facetas. Por um lado, retoma e reconstrói as formas precedentes (violência legal e paramilitar, corrupção e filantropia), de forma a quebrar a espinha dorsal da autonomia das entidades penosamente construídas pelos trabalhadores. Por outro lado, admite a sindicalização, aceita e estimula múltiplas organizações pontuais e culturais, com recursos inclusive para financiá-las como “parceiras” na construção do desenvolvimento capitalista. Gerar emprego e renda se

tornaria um mantra, assim como o empreendedorismo. A colaboração de classes se erige como a contraparte do regime democrático. Procura-se deslocar o foco, que deixa de incidir sobre o processo histórico iluminando apenas as questões imediatas; a produção das desigualdades é abandonada em prol da “minoração” de seus efeitos; a dinâmica da extração de valor e da produção torna-se pauta unicamente empresarial, deslocado o foco público para o consumo. Até mesmo a distribuição ficou secundarizada: tratou-se de assegurar o máximo para o capital e um mínimo (até então inexistente) para os setores mais vulneráveis. A própria filantropia precedente se reconverte em entidades associativas modernas, nutridas por recursos públicos, atuando na privatização de grandes espaços da vida social e econômica.

Não é este o local para desenvolver a análise desta questão. Vale apenas lembrar que a continuidade da dominação de classes modifica-se para ajustar-se às novas condições. Essas novas condições resultam da expansão das relações econômicas e das lutas levadas a efeito por diversos setores. Da mesma maneira como os setores dominantes não puderam ser onipotentes na “transição”, não poderão ser frente aos desdobramentos da própria expansão capitalista que promovem, mesmo quando sob as novas roupagens democráticas, recriadoras da autocracia clássica burguesa no Brasil. As crises econômicas integram a lógica da reprodução do capital, ainda mais agudas quando vividas sob as condições de uma adesão subalterna ao capital-imperialismo.

Não basta ter empresas multinacionais: é preciso sustentá-las, econômica, política, ideológica e socialmente. O apoio à expansão externa de empresas brasileiras vem sendo a contrapartida da política de minoração de danos. Novas e portentosas contradições batem à nossa porta.

Estamos assistindo a um fenômeno interessante: uma enorme campanha publicitária levada a efeito pela JBS Friboi, uma multinacional brasileira. Ela convoca a população (através da mídia proprietária) a defender a “qualidade” de um produto nacional, sem mencionar sua participação no cenário internacional. O novo e o moderno, brilhantes na tela da televisão, ocultam a grande propriedade que se expande internacionalmente, sem alterar as condições de trabalho no âmbito nacional

e agravando a devastação sócio-ambiental. O agronegócio como expressão do novo atualiza, sob a moderna empresa capitalista, a clássica e trágica concentração da propriedade da terra, a expropriação dos trabalhadores rurais e a sujeição a duríssimas condições de trabalho.

Há novas contradições. Elas emergem da continuidade, mas nos defrontam a novos problemas. Boa leitura: este livro nos ajuda a enfrentar as duas pontas do desafio. Aquela que carrega a continuidade, e aquela que, fruto parcial de conquista, nos exige a qualificação para novas lutas, mais vigorosas. A começar por expor a carcassa carcomida da ditadura que impregna muitos dos espaços ditos democráticos.